



PARECER PRÉVIO Nº 54/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10732/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Adalberto Silveira Leite – Prefeito Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM nº 6975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4.331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2469/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.7913/7931).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação com Ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Aprovação com Ressalvas** das contas anuais da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do **Sr. Adalberto Silveira Leite**, na função de Agente Político, nos termos do art. 31, §§1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96;
- 10.2. Nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva acolhido em sessão pelo relator, **oficiar à Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, determinando** o cumprimento no art. 127,



PARECER PRÉVIO Nº 54/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

§§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Agosto de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 54/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10732/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Adalberto Silveira Leite – Prefeito Municipal de São Sebastião do Uatumã e Ordenador de Despesas.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2469/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.7913/7931).
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2014.

Regularidade com Ressalvas. Recomendação. Determinação. Ofício.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2014, sob a responsabilidade do **Sr. Adalberto Silveira Leite**, na condição de Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM, em decorrência das impropriedades que não resultaram danos ao erário;

9.2. Recomendar à Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã que:

- a) Providencie regularização dos lançamentos contábeis (Restrição n. 02);
- b) Enumere as solicitações de combustível emitidas pelas secretarias e gabinetes, assim como realize as assinaturas nas “ordens de fornecimento” (Restrição 4);



ACÓRDÃO Nº 54/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- c) Observe com rigor aos Princípios e Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e realização de estudos para calcular as despesas com depreciação e amortização de todos os bens do ativo imobilizado escriturados (Restrição 5);
- d) Adote os procedimentos da NBCT 16.10 para todo ativo imobilizado do município e apresente as providências tomadas já no próximo exercício (Restrição 8);
- e) Tome providências no sentido de dar condições de uso às lanchas escolares ou promova a alienação das mesmas, demonstrando cabalmente que a alternativa eventualmente escolhida proporciona maior vantagem para a Administração (Restrição 7);
- f) Inclua nos gastos com pessoal todo o dispêndio atinente às terceirizações, assim como faça a correta classificação orçamentária deste tipo de despesa e realize concurso público para contratação de profissionais contábeis obedecendo ao disposto no art. 37, II, da CF/88, ressalvando que fica permitido a terceirização somente se comprovada realização de concurso infrutífero (Restrição 9);
- g) Observe com rigor os prazos e informações que devem ser alimentadas no sistema GEFIS, nos termos da Resolução TCE n. 15/2013 e alterações posteriores (Restrição 15);
- h) Quanto aos procedimentos licitatórios, cumpra os dispositivos constantes na Lei nº 8.666/93;

9.3. Determinar a próxima Comissão de Inspeção – DICAMI que verifique se as recomendações estão sendo cumpridas;

9.4. Determinar à SEPLENO – Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da resolução 04/2002-TCE/AM;

10- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Agosto de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 54/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral